

**XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
1ª FASE - 1998  
PROVA ESCRITA PRELIMINAR**

1ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Em que consistem o antefactum e o postfactum impuníveis? Justifique e exemplifique.

2ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Defina a teoria do domínio final do fato, esclarecendo se ela é adotada pelo direito penal pátrio. Resposta objetivamente justificada

3ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

JOÃO e PEDRO, açougueiros em Sumidouro, decidem praticar furto de gado na fazenda de PAULO. Na data combinada, durante a noite, invadem a propriedade, laçam uma vaca leiteira e a abatem no próprio local. Quando se preparavam para colocar o animal morto no caminhão, foram surpreendidos por PAULO. Em razão da aparição de PAULO, JOÃO e PEDRO fogem do local, mas a vaca permanece dentro da fazenda. Tipifique a conduta de JOÃO e PEDRO.  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

4ª questão: Direito Penal: Valor - 5 pontos

Nos crimes de trânsito, a despeito de eventual configuração de crime autônomo, a falta de habilitação constitui circunstância agravante ou causa especial de aumento de pena?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

5ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

Cabe mandado de segurança contra ato jurisdicional penal? Em caso positivo, qual a natureza do instituto enfocado?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

6ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

ALBERTO e BERNARDO seqüestram AMANDA, na cidade do Rio de Janeiro, vindo ela a ser mantida, por dois dias, em cativo, na cidade de Rio Bonito. Descoberto o local de guarda, os criminosos são presos naquela comarca interiorana, tendo o juiz local ciência formal do ato prisional. Em não sendo hipótese de relaxamento de prisão ou mesmo de concessão de liberdade provisória, são eles mantidos na prisão. Ocorre que, em ambas as comarcas, deflagram-se inquéritos policiais, sendo oferecidas, com base em cada procedimento, e pelo mesmo fato, denúncias, ainda que quase simultaneamente. Qual dos foros deve prevalecer, levando-se em conta que primeiramente se deu o recebimento da denúncia na capital?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

7ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 5 pontos

Qual a natureza jurídica da intervenção do Ministério Público quando é aditada a queixa para inclusão de co-réu omitido pelo querelante?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

8ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

Constitui a LESÃO defeito do negócio jurídico? Em caso afirmativo, de qual espécie? Quais são seus requisitos e consequências?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

9ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

JOSÉ e ANA requereram, em 13.05.96, o divórcio direto consensual do casal. No dia 27 do mesmo mês e ano realizou-se a audiência de ratificação e o divórcio foi decretado. Todavia, no dia seguinte, 28 de maio, JOSÉ veio a falecer. Em 29.05.96, comprovando ser companheira do falecido e dizendo-se interessada na solução do processo, CLÁUDIA requereu fosse admitida a ingressar no feito. Os autos foram remetidos ao Ministério Público em 30.05.96. Pergunta-se :

a) tendo em vista o falecimento de JOSÉ, como deve posicionar-se o Promotor de Justiça?

b) a pretensão de CLÁUDIA encontra tutela jurídica nos autos da ação de divórcio?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

10ª questão: Direito Civil: Valor - 5 pontos

MARIA, menor impúbere, encontrava-se com sua genitora em um coletivo da Transportadora Sol, quando este foi atingido por um caminhão, cujo motorista trafegava imprudentemente pela contramão de direção. Acionada por MARIA, devidamente representada, que sofreu graves lesões em razão do acidente, a Transportadora Sol apresentou contestação, negando qualquer responsabilidade pelo evento e atribuindo culpa exclusiva ao motorista do caminhão, fato esse confirmado pela prova colhida. Os autos são remetidos ao Ministério Público. Opine a respeito, citando os dispositivos legais aplicáveis.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

Em processo pertinente a ação de investigação de paternidade, não houve citação da pessoa que figura como réu, correndo-lhe a ação à revelia, resultando, a final, o trânsito em julgado da respectiva sentença. Questiona-se sobre os efeitos da sentença: em relação ao autor no caso de ser julgado improcedente o pedido; e em relação ao réu no caso de ser julgado procedente o pedido. Questiona-se ainda sobre o meio de impugnação a ser usado, no caso, pelo réu.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

12ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 5 pontos

FABIANO propôs na Comarca de sua residência (Rio Bonito), ação de oferecimento de alimentos em face de CAIO, operando-se a citação em 15.06.98. Por sua vez, CAIO, na Comarca de sua residência (Maricá), propôs ação de alimentos contra FABIANO, sendo despachada a petição inicial em 14.06.98. Diante da oferta da exceção de incompetência, FABIANO sustenta que a citação ensejou a prevenção do Juízo de Rio Bonito. Enfrentando as questões processuais suscitadas, emita opinião sobre o foro competente para as aludidas ações, apontando normas do Código de Processo Civil.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

JOÃO, detentor de uma tecnologia de ponta, tenciona constituir uma empresa com o fim de comercializar o seu produto. Para tal, necessita reunir recursos para viabilizar a implantação do projeto. Por indicação de um conhecido associa-se a MARIA e PEDRO nesse empreendimento. A sociedade é constituída sob o tipo por quotas de responsabilidade limitada. Tempos depois MARIA, em empréstimo levantado para fins pessoais, dá em garantia as quotas que detém na sociedade antes referida e, ao tornar-se inadimplente junto ao mutuante, requer este a penhora das quotas. Considerando o fato de que o contrato social nada dispõe sobre a cessão de quotas, indaga-se da possibilidade de a penhora recair sobre as referidas quotas.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Comercial: Valor - 5 pontos

Esclareça qual o tratamento jurídico a ser dado pelo síndico a contratos de mútuo, em que o falido é devedor e naquele em que ele é credor.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

O plebiscito e o referendo previstos no art. 14 da Constituição Federal são formas expressas de controle preventivo de constitucionalidade das espécies normativas?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Direito Constitucional: Valor - 5 pontos

Ante o respectivo processo legislativo, em que momento o projeto de lei ordinária se torna lei?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

17ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

A Prefeitura de Barra do Piraí expediu, em favor de REINALDO, licença para que este construísse em seu imóvel prédio com destinação comercial. Sucede que, antes do início da construção, a Administração Pública Municipal revogou o ato, ao fundamento de que contrariaria o interesse público a edificação comercial em área exclusivamente residencial, atento a que a lei local deixou ao administrador o poder de disciplinar a ocupação do solo urbano. Inconformado, REINALDO impetrou mandado de segurança contra o ato de revogação, para ver tutelado seu direito líquido e certo a erguer o prédio comercial, por entender que a licença, por sua natureza, seria irrevogável. Pergunta-se: a segurança é de ser concedida? Poderá REINALDO, pela via própria, postular indenização por eventuais prejuízos decorrentes da revogação?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

18ª questão: Direito Administrativo: Valor - 5 pontos

Conceitue concessão e permissão de serviços públicos, explicitando as respectivas naturezas jurídicas e indicando exemplos das duas formas de parceria.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Tendo em vista a estrutura atual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, indique os órgãos do Parquet que possuem atribuição para propor ação penal pública, especificando as hipóteses.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 5 pontos

Considerando as funções institucionais do Ministério Público, há compatibilidade entre a matéria de competência do Juizado Especial Cível e o que dispõe o art. 11 da lei 9.099/95?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

**XXII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
2ª FASE - 1998**

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PENAL**

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

1ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

É possível haver erro na execução em legítima defesa? Como se resolveria a situação? Formule exemplo.  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

Diferencie estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante. O sacrifício de um bem para salvar bem de igual valor caracteriza que espécie de estado de necessidade? Nosso ordenamento jurídico penal prevê a hipótese de estado de necessidade exculpante?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

A respeito do crime de falso testemunho, art. 342 do C.P., responda:

- a) Haverá relevância penal no atuar de testemunha que fizer afirmação falsa, potencialmente lesiva, embora tal conduta não tenha influenciado a decisão prolatada?
- b) A retratação a que se refere o § 3º do art. 342 do C.P. deve ser feita no processo originário ou na ação penal proposta em relação ao falso testemunho?
- c) Qual a consequência do reconhecimento da prescrição que atinja a ação no curso da qual foi prestado o falso testemunho, com relação a este crime?
- d) Podem ser sujeitos ativos do crime do art. 342 do C.P. as pessoas elencadas nos arts. 206 e 207 do C.P.P.?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Penal: Valor - 25 pontos

O crime previsto no art. 10, II, da Lei 9.437/97 pode ser considerado crime-meio, em caso de prática de roubo com arma de brinquedo? Qual será a tipificação dessa conduta? Haverá concurso de crimes? A aplicação da súmula 174 do S.T.J. foi afastada pela vigência da lei 9.437/97?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

5ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 50 pontos

FABIANA, jovem professora estadual, decide pela propositura de ação penal privada em face de ELIZABETH, sob a alegação de que tivera sua dignidade atingida em razão de seu munus, durante festa realizada no clube que freqüentavam. Assim é que, por seu advogado, opta por distribuir queixa-crime a uma das varas criminais da capital, na qual se vê narrado o fato e indicado o rol de testemunhas. Prescinde FABIANA, todavia, de procedimento investigatório preliminar, já que, segundo seu advogado, o inquérito policial em sede de ação penal privada seria instrumento absolutamente desprezível. Distribuída a exordial, os autos são remetidos ao Parquet Estadual para manifestação. Como deve opinar o promotor de Justiça?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Direito Processual Penal: Valor - 50 pontos

Indiciado em inquérito policial pode se recusar a submeter-se a exame grafotécnico?  
RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

**PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CIVIL**

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

1ª questão: Direito Civil: Valor - 50 pontos

JOÃO e MARIA casaram-se em 20.03.1989. Em 10.01.1998, já separados de fato há três anos, ajuizaram ação de divórcio consensual. Instados a apresentar a certidão de casamento, só então observaram que não ocorrera a sua inscrição no registro civil. Comunicaram tal fato ao juiz e ratificaram o pedido de divórcio. Os autos são remetidos ao Ministério Público. Opine o candidato a respeito.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Civil: Valor - 50 pontos

MARIA, companheira do finado PAULO, com quem vivera nos seis anos anteriores à sua morte, ocorrida em julho de 1996, ajuíza, em 1998, ação de usucapião em face de CARLOS, proprietário de um imóvel situado no Rio de Janeiro. Alega que PAULO, a partir de maio de 1982, exercera a posse sobre o imóvel como se dono fora, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, e que ela, desde seu óbito, exerce a posse nas mesmas condições. Encontrando-se fora do Brasil há vinte anos, em serviço público da União, CARLOS é citado no exterior e queda-se inerte, não oferecendo contestação. É tido como revel. Cumpridas as regras dos artigos 942 e 943 do Código de Processo Civil e, não havendo impugnação de terceiros, são os autos remetidos ao Ministério Público. Opine o candidato a respeito.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 50 pontos

CAIO interpõe recurso contra decisão que recebeu, em ambos os efeitos, a apelação interposta em face de sentença de improcedência dos embargos à ação monitória. Para o recorrente, semelhante recurso comporta processamento apenas sob efeito devolutivo. Os autos vieram ao Ministério Público para exame e parecer sobre a questão relativa aos efeitos da apelação no âmbito da ação monitória.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Processual Civil: Valor - 50 pontos

Proferida sentença de mérito em processo de usucapião, rejeitando o pedido do autor, na data da respectiva intimação o advogado do autor renunciou ao mandato, cientificando o mandante para, desde logo, nomear substituto, nada se ajustando no tocante à interposição de apelação. No décimo primeiro dia seguinte, o advogado comunicou ao Juízo da causa a renúncia ao mandato, juntando documento datado em que o autor manifestava ciência expressa da renúncia. O novo procurador, reportando-se ao art. 507 do Código de Processo Civil e demonstrando que fora nomeado pelo autor como substituto no décimo sexto dia contado da data da renúncia, apresenta apelação após o prazo recursal. Ofertadas as contra-razões, pugnano pelo não conhecimento do recurso sob o argumento de ser peremptório o prazo recursal, os autos vieram ao Ministério Público para exame e parecer sobre o juízo de admissibilidade do recurso.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

5ª questão: Direito Comercial: Valor - 50 pontos

Decretada a falência de uma sociedade de responsabilidade solidária, como deverá proceder o síndico para promover a arrecadação dos bens? Deverá o candidato esclarecer, entre outros aspectos relevantes, se os sócios solidários de responsabilidade ilimitada são declarados falidos, se seus bens particulares serão arrecadados, e se seus credores particulares terão que se habilitar na falência.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Direito Comercial: Valor - 50 pontos

Diante dos fins que a sociedade comercial deve perseguir, emita o candidato parecer sobre a interpretação e a aplicação do disposto no art. 335, V, do Código Comercial.  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

### **PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO PÚBLICO**

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

1ª questão: Direito Constitucional: Valor - 60 pontos

Em 1995 dispunha a Lei Orgânica do Município de Volta Redonda que o projeto de lei orçamentária a ser

encaminhado pelo Executivo à Câmara Municipal deveria, necessária e previamente, passar pelo crivo da sociedade civil local no que fosse referente à aplicação de verbas públicas na área social. Ocorre que o Prefeito assim não agiu porquanto remeteu o projeto sem a prévia oitiva popular. Em razão disso, representou a Câmara, ao Procurador-Geral de Justiça, solicitando a adoção de medidas penais cabíveis. O Chefe do Parquet estadual restou por oferecer denúncia perante a Seção Criminal do E. Tribunal de Justiça imputando ao Prefeito a prática criminosa definida no art. 1º, inciso XIV, primeira parte (negar execução a lei municipal) do Decreto-Lei 201/67. Antes de decidir sobre o recebimento da pena exordial, a Egrégia Seção Criminal argüiu, incidentalmente, a inconstitucionalidade do referido dispositivo da Lei Orgânica Municipal, argüição essa provida pelo Colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por decisão trânsita em julgado. Reincluído o feito em pauta na Seção Criminal para o fim do disposto no art. 6º da Lei Federal nº 8038/90 e no art. 169 do Regimento Interno do TJ/RJ, indaga-se:

1) Qual o efeito jurídico da decisão do Colendo Órgão Especial em relação ao fato criminoso imputado ao Prefeito?

2) Como deverá se posicionar o Ministério Público sobre a denúncia oferecida, tendo em vista a referida declaração de inconstitucionalidade?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

2ª questão: Direito Constitucional: Valor - 40 pontos

No campo da repartição de competência dos entes políticos e dos órgãos componentes dos Poderes Constituídos, as expressões "privativamente" e "exclusiva", empregadas, por exemplo, nos arts. 22, 51, 52 e 49, respectivamente, da Constituição Federal, possuem idêntico significado?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

3ª questão: Direito Administrativo: Valor - 60 pontos

Em sede de responsabilidade extracontratual do Estado, pergunta-se:

a) Proposta ação de indenização contra o Estado, deve este denunciar à lide o agente público a quem se imputa causação do dano?

b) Pode o administrado optar pela direta responsabilização judicial do agente público?

c) Pode o administrado propor ação de responsabilidade civil contra o Ente concedente, por dano causado pela atividade de pessoa jurídica de direito privado concessionária de serviço público?

d) Aplica-se a teoria do risco administrativo aos danos resultantes de condutas omissivas?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

4ª questão: Direito Administrativo: Valor - 40 pontos

Pode o administrador deixar de regulamentar determinada Lei por considerá-la inconstitucional? Esta omissão pode ser sanada por meio de mandado de injunção? É cabível ação direta de inconstitucionalidade em face de decreto regulamentar?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

5ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 50 pontos

Servidor cartorário da Comarca de Cambuci, por ato de ofício, nos termos do art. 162, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, abriu vista ao Ministério Público nos autos de ação anulatória de escritura pública de compra e venda de bem imóvel. A causa de pedir da ação é a existência de vício no ato jurídico, que teria sido praticado mediante simulação.

Considerando que pela qualidade das partes não há razão para a intervenção ministerial, deveria o Parquet intervir pela natureza da lide? A quem compete a valoração da pertinência ou não da intervenção: ao juiz de direito ou ao promotor de justiça? Havendo divergência fundamentada entre os entendimentos firmados pelo magistrado e pelo representante do Ministério Público, que medidas poderiam ser adotadas por ambos para fazer valer suas posições?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

6ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor - 50 pontos

Admitindo-se, por hipótese, que Lei Orgânica Nacional do Ministério Público tenha passado a dispor de forma diferente sobre matéria já tratada pela Lei Orgânica Estadual, alterando a organização e divisão dos órgãos do Parquet deste estado (i.e. determinou a extinção das Curadorias de Registro Civil e a

transferência de suas atribuições para as Curadorias de Registro Público, à medida que vagarem aqueles órgãos), e considerando que o tema objeto do conflito versa sobre assunto especificamente de interesse local, pergunta-se: qual a solução adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro para resolver a antinomia?  
RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.